

Educação às Avessas

Atravasse a crise das escolas particulares. Para algumas delas, a perspectiva que se apresenta é o encerramento das atividades, pela impossibilidade de compatibilizar seus métodos de trabalho com a camisa-de-força representada pelo tabelamento-de-preços.

Esta situação já atinge algumas escolas de tradição no ramo — o que não é de estranhar. O mal do tabelamento, aplicado à educação, é a "padronização" do que não pode ser padronizado. Para uma escola que tenha objetivos puramente mercantilistas, o tabelamento talvez seja suportado com maiores problemas: sempre há um modo de "baixar os custos" — à custa da qualidade do ensino. Para as escolas que não trabalham assim, ou que se dedicam a uma prestação de serviços especializados — caso das escolas bilíngües, por exemplo —, o tabelamento pode representar (já está representando, em alguns casos) uma sentença de morte.

Para além desse problema dos custos, há indícios preocupantes no que se refere ao comportamento das pessoas. Feitos os ajustes de preço — até mesmo os que a Justiça autorizou —, surge a figura do pai que se recusa a aceitar a realidade; que simplesmente impõe a presença de seu filho numa determinada escola, ainda que isso represente para essa criança, situação das mais constrangedoras.

Que um pai não tenha meios de acompanhar o risco dos aumentos numa determinada escola é pacificamente compreensível. Que ele procure a direção da escola e explique a situação é prática

bem antiga. A escola pode concordar ou não com uma situação especial.

O estranho, entretanto, é que alguns pais se sintam no direito de exigir que seus filhos continuem a freqüentar uma escola mesmo quando essa permanência se tornou inviável por este ou por aquele motivo.

O modo como esse problema vem sendo tratado, da parte de alguns pais de alunos, é bem o retrato da confusão a que se chegou nos assuntos da educação. Fazer com que uma criança freqüente à força uma determinada escola pode significar, em primeiro lugar, que o responsável por essa criança não está interessado no que se passa dentro dos muros da escola; não quer saber se seu filho estará bem ou mal nessa escola; se vive ou não uma situação de constrangimento. Importará, no caso, o "status" social representado por esta ou por aquela escola; ou o simples desejo de ver cumprido um determinado capricho — pouco importando, no caso, se a resposta da escola é favorável ou não.

Também significa, entretanto, a total confusão que se estabeleceu entre ensino público e privado; entre o que é ou não é obrigação do Estado. A obrigação do Estado seria a de fornecer um mínimo de ensino público — uma rede oficial de ensino que servisse de alternativa a quem já não pode arcar com os ônus da escola particular. Mas para alguns pais irados, a obrigação do Estado é forçar a escola particular a manter bem baixas as suas mensalidades. A esses pais, parece importar bem pouco que, nesse processo, se sacrifique a educação — ou a relação normal que deve existir entre uma escola e o seu aluno.

1961 NO 25 JORNAL DO BRASIL